

ILUSTRÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) DO MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE –
ESTADO DE MATO GROSSO.

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 13/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 765672/2021

ABERTURA DA SESSÃO: 24/05/2022

HORÁRIO: 10h00min

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA., sociedade empresária limitada, estabelecida em Cuiabá/MT, na AV B, 1434, Distrito Industrial, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.597.955/0007-85, doravante denominada “WHITE MARTINS, vem por seu representante legal abaixo assinado, com fulcro no art. 4º, inciso XVIII da Lei Federal n.º 10.520/02, apresentar memoriais de **RECURSO ADMINISTRATIVO**, objetivando seu recebimento com efeito suspensivo, bem como seja ele processado, conhecido e provido para os fins indicados.

N. Termos,
E. Deferimento.

Várzea Grande/MT, 30 de junho de 2022.

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.

RAZÕES DO RECURSO ADMINISTRATIVO

RECORRENTE: **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA**

DECISÃO RECORRIDA – PROFERIDA PELO (A) ILMO (A) PREGOEIRO (A), DECLARANDO AS EMPRESAS **OXIGÊNIO MODELO COMÉRCIO DE GASES LTDA.** e **SEPARAR PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.** VENCEDORAS PARA LOTES DO PRESENTE PROCESSO.

Respeitado Julgador

A r. decisão que entendeu por classificar/habilitar as empresas **OXIGÊNIO MODELO COMÉRCIO DE GASES LTDA** (doravante designada “**OXIGÊNIO MODELO**”) e **SEPARAR PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.** (doravante denominada “**SEPARAR**”) e quando referenciadas em conjunto, doravante denominadas “**RECORRIDAS**”, em que pese o zelo de seu prolator, *permissa vênia*, deve ser reformada em sua totalidade, posto que esta incorreu em visível afronta as regras do edital e violação aos Princípios do Instrumento Convocatório, Isonomia, Julgamento Objetivo, Segurança Jurídica e Legalidade.

I – PONDERAÇÕES INICIAIS.

A Recorrente pede *vênia* para reafirmar o respeito que dedica ao Ilmo. Pregoeiro e aos membros de sua Equipe de Apoio.

Destaca que a presente manifestação tem estrita vinculação à interpretação objetiva dos fatos do procedimento licitatório e se destina apenas à preservação do direito da

Recorrente e da legalidade do presente certame, não constituindo medida que tenha por objetivo perturbar o regular andamento do processo licitatório.

II – TEMPESTIVIDADE.

O instrumento convocatório assim dispõe:

“11.5 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses. (Art. 44, §1º e §2, do Decreto nº. 10.024/2019).”

Nesse diapasão, considerando que as empresas **RECORRIDAS** foram declaradas vencedoras no presente certame no dia **27/06/2022** tendo esta empresa tempestivamente registrado intenção recursal na forma prevista no edital e o Ilmo. Pregoeiro acatado tal manifestação, os memoriais de recurso, apresentados na presente data, são plenamente tempestivos.

III. – DOS FATOS E FUNDAMENTOS.

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de maio de 2022 (dois mil e vinte e dois) foi realizada licitação, em sua modalidade pregão eletrônico, tendo por objeto “ REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA EM FORNECIMENTO ININTERRUPTO DE GASES MEDICINAIS, COM CESSÃO EM REGIME DE COMODATO DE TANQUES, CILINDROS, BEM COMO LOCAÇÃO DE CENTRAL DE AR COMPRIMIDO MEDICINAL, INCLUINDO A INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS DOS EQUIPAMENTOS CEDIDOS E LOCADOS E EVENTUAL TROCA DE EQUIPAMENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE, MATERNIDADE PÚBLICA DR. FRANCISCO LUSTOSA DE FIGUEIREDO, UNIDADES DE PRONTO ATENDIMENTO –UPA IPASE E UPA CRISTO REI, UNIDADES SECUNDÁRIAS AMBULATORIAIS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E ATENDIMENTO DOMICILIAR”.

As empresas **RECORRIDAS** sagraram-se vencedoras na disputa de preços para lotes no presente processo e, após análise de seus documentos de habilitação por parte do Ilmo. Pregoeiro, vieram a ser declaradas habilitadas e vencedoras do certame.

Todavia, conforme será demonstrado adiante, a documentação apresentada pelas referidas empresas para o presente processo mostra desconformidade em relação às exigências constantes do instrumento convocatório.

III. 1 – Das desconformidades observadas na documentação da OXIGÊNIO MODELO – declarada vencedora para os LOTES 4 e 5.

a) Apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis em desacordo com exigência do edital.

No que tange à apresentação de balanço e demonstrações contábeis exigidos para comprovação da qualificação econômico-financeira de empresas no certame, o instrumento convocatório apresentou o seguinte regramento:

“8.8.165 Não serão admitidos balanço patrimonial, DRE e termos de abertura e encerramento, parte em “Livro Diário” e parte em SPED. Devendo o licitante optar por uma das formas de apresentação.”

Desta forma, observa-se que no próprio edital constou expressa disposição vedando a apresentação de mais de uma forma de apresentação de balanço e demonstrações contábeis, competindo à empresa a decisão quanto a apresentar o balanço no formato ECD ou Livro Diário.

Não obstante, ao analisar a documentação da OXIGÊNIO MODELO, observa-se que a empresa agiu em desacordo com a disposição prevista no item do edital acima colacionada, vindo a apresentar o balanço e demonstrações contábeis em formato “misturado”, ou seja, parte em ECD e parte em outro formato que sequer observa a exigência de registro na Junta Comercial, conforme previsto no edital.

- A 1ª página do arquivo apresentado pela OXIGÊNIO MODELO, correspondente ao balanço e demonstrações contábeis, contempla os TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO no formato "ECD."

TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO	
Entidade:	OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA
Período da Escrituração:	01/01/2021 a 31/12/2021
CNPJ:	27.479.311/0001-31
Número de Ordem do Livro:	6
Período Selecionado:	01 de Janeiro de 2021 a 31 de Dezembro de 2021
TERMO DE ABERTURA	
Nome Empresarial	OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA
NIRE	54201230725
CNPJ	27.479.311/0001-31
Número de Ordem	6
Natureza do Livro	REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO
Município	DOURADOS
Data do arquivamento dos atos constitutivos	06/04/2017
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2021
Quantidade total de linhas do arquivo digital	29848
TERMO DE ENCERRAMENTO	
Nome Empresarial	OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA

- A 2ª página do arquivo apresentado pela OXIGÊNIO MODELO, correspondente ao balanço e demonstrações contábeis, contempla o RECIBO DE ENTREGA E ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL no formato "ECD."

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL – Sped					Versão: 9.0.1
RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL					
IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO					
NIRE 54201230725	CNPJ 27.479.311/0001-31				
NOME EMPRESARIAL OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA					
IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO					
FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL Livro Diário				PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO 01/01/2021 a 31/12/2021	
NATUREZA DO LIVRO REGISTRO DO LIVRO DIÁRIO				NÚMERO DO LIVRO 6	
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH) E6.63.1E.4B.89.C1.D0.84.46.93.90.74.E8.D0.21.A9.C8.68.BB.F3					
ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:					
QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	27479311000131	OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA:27479311000131	554875252614168093 8	23/06/2021 a 23/06/2022	Sim
Contador	97646776149	LUCIANA IZIDA CARDOSO SANTOS:97646776149	554875253476597468 0	25/08/2021 a 25/08/2022	Não
NÚMERO DO RECIBO: E6.63.1E.4B.89.C1.D0.84.46.93.90.74. E8.D0.21.A9.C8.68.BB.F3-5			Escrituração recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em 12/05/2022 às 17:59:49 81.6A.93.57.3C.4F.6C.E8 62.94.D8.B7.1A.CA.F3.45		

- Já as 3ª e 4ª páginas do arquivo apresentado pela OXIGÊNIO MODELO, correspondente ao balanço e demonstrações contábeis, contempla o BALANÇO PATRIMONIAL, que não foi disponibilizado no formato ECD, não apresentando o código de autenticação do recibo de escrituração digital, tampouco apresenta código de autenticação de registro na Junta Comercial;

OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA CNPJ : 27.479.311/0001-31 I.E.:28.422.607-6 Balanço Patrimonial em 01/01/2021 a 31/12/2021		Página: 1
Código	Nome	Saldo atual
19	ATIVO	21.164.395,44D
27	ATIVO CIRCULANTE	5.513.832,36D
35	DISPONIBILIDADES	38.644,17D
43	CAIXA	37.793,91D
51	Caixa	37.793,91D
60	BANCOS CONTA MOVIMENTO	850,26D
6033	Bradesco S/A	1,00D
7501	Cooperativa Credito Siccob	849,26D
132	DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	5.475.188,19D
213	APLICAÇÕES FINANCEIRAS DIVERSAS	65.983,77D
7137	Aplicação Invest Plus Bradesco	68.669,46D
7382	Aplicação Financeira BB	2.685,69C
248	ADIANTAMENTOS	2.021.055,79D
299	Adiantamento a Fornecedores	1.697.555,41D
7420	Antecipação de Lucros ao Socios	323.500,38D
418	EMPRÉSTIMOS	1.018.884,23D
7404	Empréstimo para Terceiros	1.018.884,23D
426	ESTOQUES	933.729,28D
434	Estoque de Mercadorias	933.729,28D
485	DEDUÇÕES DOS DIREITOS	1.435.535,12D
6670	Duplicatas a Receber	1.435.535,12D
663	ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.650.563,08D
671	ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.274,70D
680	TÍTULOS A RECEBER DE TERCEIROS	6.274,70D
4790	Título de Capitalização	6.274,70D
817	IMOBILIZADO	1.570.308,38D
825	BENS E DIREITOS EM USO	1.742.000,00D
833	Máquinas e Equipamentos	28.000,00D
4456	Caminhões e Carretas	1.540.000,00D
4464	Vasíhames	174.000,00D
957	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA	171.691,62C

- A 5ª página do arquivo apresentado pela OXIGÊNIO MODELO, correspondente ao balanço e demonstrações contábeis, contempla as DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, que não foram disponibilizadas no formato ECD, não apresentando o código de autenticação do recibo de escrituração digital, tampouco apresenta código de autenticação de registro na Junta Comercial.

Página: 1

ESCRITÓRIO: DOURALEX CONTABILIDADE
OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA
CNPJ : 27.479.311/0001-31
LE.: 28.422.607-6
Demonstração do Resultado de 01/01/2021 a 31/12/2021

Código	Classificação	Nome	Saldo atual
19	03	RECEITAS	7.254.849,33C
27	03.1	RECEITAS OPERACIONAIS	7.254.849,33C
35	03.1.1	RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	7.045.929,33C
43	03.1.1.01	RECEITA COM VENDAS NO PAÍS	2.910.422,33C
60	03.1.1.01.002	Vendas Produtos Fabricação Própria Prazo	4.135.507,00C
66	03.1.1.01.004	Revenda de Mercadorias a Prazo	208.920,00C
94	03.1.1.03	RECEITAS COM SERVIÇOS	43.590,00C
108	03.1.1.03.001	Serviços Prestados a Vista	165.330,00C
116	03.1.1.03.002	Serviços Prestados a Prazo	2.486.081,94D
124	03.2	DEDUÇÕES DAS RECEITAS COM VENDAS E SERVIÇOS	256.842,02D
132	03.2.1	DEVOLUÇÕES E ABATIMENTOS	256.842,02D
140	03.2.1.001	Devoluções de Vendas	2.209.219,92D
167	03.2.2	IMPOSTOS SOBRE VENDAS E SERVIÇOS	1.444.443,50D
175	03.2.2.001	ICMS S/Vendas e Serviços	10.446,00D
230	03.2.2.007	ISQN s/Serviços	754.330,42D
248	03.2.2.008	Simplex Nacional S/Vendas e Serviços	4.788.787,39C
1775	05	RECEITA LÍQUIDA	1.046.252,87D
701	06	CUSTOS	1.971.052,80D
710	06.1	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.971.052,80D
728	06.1.01	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	52.438,88C
2046	06.1.01.002	(-)Devolução de Compras	1.104.771,11D
2070	06.1.01.005	Compra de Matéria Prima e Insumos	897.530,74D
2089	06.1.01.006	Compra de Mercadorias	21.189,83D
2097	06.1.01.007	ICMS S/Compras	924.799,93C
744	06.2	CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	8.929,35D
779	06.2.02	ESTOQUE INICIAL DE PRODUTOS ACABADOS	8.929,35D
2186	06.2.02.003	Estoque Inicial de Mercadorias	933.729,28C
833	06.2.07	ESTOQUE FINAL DE PRODUTOS ACABADOS	933.729,28C
2194	06.2.07.003	Estoque Final de Mercadorias	3.742.534,52C
1783	07	RESULTADO BRUTO	1.701.663,78D
850	08	DESPESAS	1.416.049,21D
868	08.1	DESPESAS OPERACIONAIS	611.692,39D
876	08.1.01	DESPESAS TRABALHISTAS	479.988,66D
884	08.1.01.001	Salários	479.988,66D

Logo, é possível depreender que a OXIGÊNIO MODELO não só descumpriu o disposto no item 8.8.165, mas também o disposto nos itens 8.8.75, 8.8.95 e 8.8.105 do edital, pois não atendeu a nenhum dos requisitos estabelecidos nos aludidos dispositivos, por ter

apresentado a ECD incompleta (sem o balanço patrimonial e demonstrações contábeis), por ter apresentado balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício em formato diferente e não autenticado nem pelo SPED nem pela Junta Comercial, constituindo um “mix” de documentos, não sendo possível aferir terem sido as informações constantes no balanço e demonstrações contábeis que foram apresentadas à Receita Federal e/ou Junta Comercial.

“8.8.75 Quando se tratar de empresas de outra forma societária: Balanço Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) transcrito no “Livro Diário” da empresa, (Art. 5º, § 2º do Decreto Lei nº 486/69) devidamente assinado pelo contador responsável e pelo representante legal, e acompanhado de seus respectivos termos de abertura e encerramento (igualmente assinados pelo contador e pelo representante legal da empresa), sendo devidamente registrado na Junta Comercial do Estado ou Cartório de Títulos e Documentos;”

“8.8.95 O Balanço e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) poderá ser disponibilizado via Escrituração Contábil Digital – ECD, e deverá vir acompanhado de “Recibo de entrega” e “Termo de Autenticação”, (Recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital SPED), contendo informações no rodapé de seu registro na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante. Apresentar também termos de abertura e de encerramento dos livros contábeis, conforme decreto 8.683/2016. ”

“8.8.105 Todas as folhas do balanço, DRE e Termos de Abertura e Encerramento, deverão conter o código do recibo de escrituração, para possível autenticação, conforme decreto 8.683/2016. ”

Por esta razão, pede-se a reforma da decisão que declarou a OXIGÊNIO MODELO vencedora para lotes deste certame.

- b) Apresentação de atestado de capacidade técnica que não comprova aptidão anterior no fornecimento de produto compatível em características com o da presente licitação.

Constou a seguinte exigência para fins de qualificação técnica:


“10.9. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (LOTE I, II, III, IV, V)

10.9.1 Apresentar atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome e a favor da empresa licitante, que comprove a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível, em características com o objeto da licitação.” (sublinhados nossos)

O objeto previsto nos LOTES 4 e 5 inclui o fornecimento de oxigênio líquido medicinal com grau de pureza mínimo de 99,5%.

LOTE 04							
GASES MEDICINAIS – HOSPITAL E PRONTO SOCORRO MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE							
ITEM	DESCRIÇÃO	CÓD TCE	UNID FORN	UNID	QTD ANUAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	Oxigênio líquido medicinal: grau de pureza mínimo de 99,5%, símbolo: 02 características físico - químicas: incolor, insípido, inodoro, não - inflamável, inodoro, não inflável, comburente, peso molecular = 31, 9988produto sem efeito	229154-1	1081	m³	540.000	6,2575	3.379.050,00

Contudo, a OXIGÊNIO MODELO apresentou atestado de ter fornecido oxigênio líquido medicinal com pureza inferior à exigida no edital, qual seja, de 92%, não constituindo produto compatível com o que está sendo licitado.

	FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE MS UNIDADE: HRMS	
<u>ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</u>		
<p>Atestamos para os devidos fins que a empresa OXIGENIO MODEL COMERCIO DE GAZES LTDA, estabelecida na RUA TATSUO SUEKANE, 180, PARQUE DOS JEQUITIBAS, DOURADOS - MS, inscrita no CNPJ sob nº 27.479.311/0001-31, é nosso fornecedor de oxigênio em cilindros e oxigênio líquido criogênico, sendo o mesmo cumpridor dos prazos estabelecidos, portanto nada temos que desabone.</p>		
CONTRATO: 27/000.302/2021.		
PRODUTO:		
DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QUANTIDADE
Gás – Tipo: oxigênio; Uso: Medicinal; Apresentação: gasoso; Grau de pureza: mínimo de 99,5%; Dados complementares: cilindros em comodato.	M³	3.234,00
Gás – Tipo: oxigênio; Uso: Medicinal; Apresentação: Líquido; Grau de pureza: mínimo de 92%; Requisito: Acondicionamento a tanque estacionário criogênico; Dados complementares: tanque criogênico em comodato.	M³	952.770,00

Assim, resta demonstrado não ter a empresa comprovado ter fornecido produto na pureza mínima exigida no edital, não tendo demonstrado, portanto, a aptidão para fornecimento de produto compatível em características em relação ao licitado.

Por mais esta razão, resta comprovada a necessidade de reforma da decisão que considerou que a OXIGÊNIO MODELO atendera às exigências habilitatórias do edital.

c) Não apresentação de atestado de capacidade técnica profissional comprovando a aptidão técnica do profissional engenheiro mecânico em seu quadro.

No instrumento convocatório, constou mais a seguinte exigência para fins de comprovação da qualificação técnica de empresas em licitações:

10.9.6. Apresentar atestado de Capacidade Técnica Profissional, por intermédio da comprovação de que possui, em seu quadro de pessoal, pelo menos 01 (um) engenheiro mecânico.

A OXIGÊNIO MODELO não apresentou atestado de capacidade técnica que comprove a aptidão anterior do profissional de engenharia mecânica por ela indicado na atuação com responsável técnico de objeto similar ao desta licitação.

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

§ 1º A comprovação de aptidão referida no inciso II do "caput" deste artigo, no caso das licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, limitadas as exigências a:

I - capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;” (grifamos e sublinhamos)

A própria Lei prevê que, no tocante à capacidade técnica profissional, deve-se comprovar que o profissional seja detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes as do objeto licitado, não tendo a OXIGÊNIO MODELO apresentado qualquer prova neste sentido.

Assim, por mais este flagrante descumprimento ao regramento estabelecido no edital, pede-se a reconsideração e reforma da decisão que reputou que a OXIGÊNIO MODELO atendera ao regramento posto.

d) Não apresentação do Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais.

Também foi exigida a seguinte comprovação para fins de qualificação técnica de licitantes no presente certame:

“8.9.8. Apresentar Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais-CBPF, conforme RDC nº 39/2013 da ANVISA;”

A OXIGÊNIO MODELO apresentou o CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE GASES MEDICINAIS – CBPF - na titularidade de outra empresa que não a própria.




MINISTÉRIO DA SAÚDE
AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária ANVISA no exercício de suas atribuições certifica que a empresa abaixo é periodicamente inspecionada e monitorada pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e que cumpre com as diretrizes de Boas Práticas de Fabricação dadas pela legislação brasileira, a qual está em consonância com as recomendações da Organização Mundial de Saúde.

MESSER GASES Ltda

Rua Hasdrubal Bellegard, nº100 - parte
CURITIBA Paraná
BRASIL

Linha(s) de Produção:

1) Líquidos Criogênicos Medicinais: Líquidos Criogênicos Medicinais

Válido até: 26/10/2022
Publicado no Diário Oficial da União por meio da Resolução - RE n.º: 4.268, na data de: 26/10/2020
Solicitado por: MESSER GASES Ltda, CNPJ: 60.619.202/0066-93

Ocorre que, de acordo com a ANVISA, pelo fato da empresa realizar o envase de gases medicinais, ela é obrigada a obter o CBPF em sua titularidade.

Consultas / Funcionamento de Empresa Nacional / Resultado / Detalhamento

Dados da Empresa Nacional

Razão Social	CNPJ
OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA ME	27.479.311/0001-31
Nome Fantasia	
OXISOLDA	
Endereço na Internet	SAC
WWW.OXISOLDA.COM.BR	6734256054
Endereço Completo	Cidade/UF
RUA TATSUE SUEKANE 180 - PARQUE DOS JEQUITIBÁS CEP: 79.839-583	DOURADOS/MS
Responsável Técnico	Responsável Legal
BEATRIZ MILENA MUSSI	WILLIAN LOPES GOMES

Dados do Cadastro

Cadastro Nº	Data do Cadastro	Situação
2.20003-5	28/05/2017	Ativa
Nº do Processo	Cadastro	
<u>25351.261731/2017-14</u>	22 - Gases Medicinais	
Atividades / Classes		
<div> <div>Envasar</div> <ul style="list-style-type: none"> Gases Medicinais </div>		

A RDC nº 9/2010 (Altera dispositivos da RDC Nº 69, de 1º de outubro de 2008, que dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais) dispõe que:

"Art. 2º Os subitens 2.2, 5.1, 12.2, 13.6, 13.8 e 13.9 do Anexo da RDC Nº 69, de 1º de outubro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"2.2 Este Regulamento se aplica não somente à empresa que produz o gás medicinal, mas a todas aquelas que, sem realizar o processo completo, participam do controle, da elaboração de alguma etapa do processo, como O ENVASE (enchimento) de cilindros, tanques criogênicos e caminhões-tanque." (grifamos)

Verifica-se assim que o comando instituído em lei expressamente determina que empresas atuantes nas atividades de FABRICAÇÃO e/ou ENVASE de gases medicinais devem obter a Autorização de Funcionamento e Certificado de Boas Práticas de Fabricação para gases medicinais junto à ANVISA.

E, por atuar no segmento de “ENVASE” de gases medicinais, a **OXIGÊNIO MODELO** deve obter e dispor do **Certificado de Boas Práticas de Gases Medicinais** conforme RDC nº 09/2010 da referida Agência Reguladora, pois o envase de gases medicinais integra a etapa de fabricação dos gases.

O próprio objeto social constante do contrato social da empresa contempla a atividade relacionada à fabricação de gases medicinais. Veja-se:

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL

À vista da modificação ora ajustada, consolida-se o Contrato Social, com a seguinte redação.

I – NATUREZA E FIRMA SOCIAL

A sociedade é de natureza comercial, revestindo a forma de uma sociedade limitada e gira sob a denominação social de **OXIGENIO MODELO COMERCIO DE GASES LTDA - ME**, com sede à Rua Tatsuo Suekane, nº 180, Parque dos Jequitibas, Cep 79.839-583, Dourados-MS, devidamente inscrita no CNPJ. 27.479.311/0001-31, registrada na JUCEMS sob nº 54.201.230.725.

II- OBJETO SOCIAL

A sociedade tem por objeto social as seguintes atividades:

- Comercio atacadista e varejista de gases industriais e hospitalares;
- Comercio atacadista de maquinas, aparelhos e equipamentos odonto, médico e hospitalar;
- **Fabricação de gases medicinais e industriais;**
- Comercio varejista de equipamentos para solda;
- Serviço de manutenção e reparação de equipamentos de solda;
- Transporte rodoviário de produtos perigosos;
- **Envasamento de gases medicinais e industriais;**
- Distribuição de gases medicinais e industriais;

Ocorre que, muito embora trate-se de determinação legal, a **OXIGÊNIO MODELO** não possui o Certificado de Boas Práticas para gases medicinais. Tal situação pode ser confirmada no próprio site da ANVISA, por meio do endereço eletrônico <https://consultas.anvisa.gov.br/#/certificados/>:

E, pelo fato de não atender ao disposto na normativa técnica sobre Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais no tocante à obtenção do Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais, é que a OXIGÊNIO MODELO tenta “sair pela tangente”, apresentando o CBPF na titularidade de outra empresa fabricante de gases medicinais no mercado, como se a OXIGÊNIO MODELO atuasse na condição de distribuidora dos produtos.

Todavia, conforme a própria Autorização de Funcionamento apresentada pela OXIGÊNIO MODELO, bem como o seu próprio objeto social não deixa mentir, a empresa atua no processo fabril de gases medicinais, por atuar com o ENVASE de gases e, portanto, deve possuir o CBPF.

Vale lembrar que empresas meramente distribuidoras de gases não possuem a obrigatoriedade de obterem a Autorização de Funcionamento de Empresas pela ANVISA, tampouco o CBPF.

Mas, pelo fato da OXIGÊNIO MODELO atuar na condição de ENVASADORA de gases medicinais, esta deve possuir o CBPF, pois não se trata de mera distribuidora.

Nessa toada, a OXIGÊNIO MODELO, pelo fato de realizar o envase de gases medicinais, deve obter/disor do Certificado de Boas Práticas de Fabricação, conforme disposto no item 2.2 da RDC nº 9/2010 (Altera dispositivos da RDC Nº 69, de 1º de outubro de 2008, que dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de Gases Medicinais) que assim estabelece:

“Art. 2º Os subitens 2.2, 5.1, 12.2, 13.6, 13.8 e 13.9 do Anexo da RDC Nº 69, de 1º de outubro de 2008, passam a vigorar com a seguinte redação:

"2.2 Este Regulamento se aplica não somente à empresa que produz o gás medicinal, mas a todas aquelas que, sem realizar o processo completo, participam do controle, da elaboração de alguma etapa do processo, **como O ENVASE (enchimento) de cilindros, tanques criogênicos e caminhões-tanque.**" (grifamos)

No segmento de gases medicinais **são inúmeras as empresas aventureiras** que funcionam de forma irregular e comercializam produtos não apropriados para a aplicação no segmento da saúde, provocando danos à saúde de pacientes, danos estes que podem ser irreversíveis.

Na **condição de responsável legal pela saúde de pacientes**, a Administração deve agir com a devida cautela na seleção de empresas para fornecimento do objeto licitado, exigindo que tais empresas comprovem sua regularidade perante a legislação sanitária, o que inclui o Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle, requisito este que a **OXIGÊNIO MODELO** não atende.

Ante exposto, pede-se a reforma da decisão que reputou que a **OXIGÊNIO MODELO** atendeu aos requisitos estabelecidos no edital em sua integralidade.

III. 2 – Das desconformidades observadas na documentação da SEPARAR – declarada vencedora para o LOTE 06.

- a) Não apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis relativas ao último exercício social. Descumprimento da exigência do item 10.8.3.9 do edital.

O instrumento convocatório assim dispôs:

“10.8.3.9. Para fins de definição do “último exercício social”, será considerado, na data de abertura da sessão o prazo legal, fixado pelo Código Civil, art. 1.078.”

Desta forma, seguindo este regramento, observa-se que a exigência relativa à apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis expressamente e claramente consignou a qual período deveria ser considerado para fins de comprovação, **qual seja, o último exercício social, este correspondente ao ano de 2021 (dois mil e vinte e um).**

Não obstante a clareza do regramento posto no edital, **a SEPARAR apresentou balanço patrimonial e demonstrações contábeis correspondentes ao exercício social de 2020**, ou seja, não apresentou tal comprovação em relação ao último exercício social, sendo este o do ano de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL			
<div> <div>Entidade: SEPARAR PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.</div> <div> <div>Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020</div> <div>CNPJ: 03.184.220/0001-00</div> </div> <div>Número de Ordem do Livro: 23</div> <div>Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020</div> </div>			
Descrição	Nota	Saldo Inicial	Saldo Final
ATIVO		R\$ 65.238.646,44	R\$ 76.387.741,27
ATIVO CIRCULANTE		R\$ 49.524.289,18	R\$ 60.670.529,41
DISPONIVEL		R\$ 2.838.922,29	R\$ 3.864.710,74
CAIXA GERAL		R\$ 2.785.922,19	R\$ 2.444.685,24
CAIXA		R\$ 2.785.922,19	R\$ 2.444.685,24
BANCOS C/ MOVIMENTO		R\$ 98,03	R\$ 54,08
BANCO DO BRASIL		R\$ 0,00	R\$ 0,00
BANCO BRADESCO		R\$ 1,00	R\$ 1,00
BANCO ITAÚN		R\$ 10,00	R\$ 10,00

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
<div> <div>Entidade: SEPARAR PRODUTOS E SERVIÇOS LTDA.</div> <div> <div>Período da Escrituração: 01/01/2020 a 31/12/2020</div> <div>CNPJ: 03.184.220/0001-00</div> </div> <div>Número de Ordem do Livro: 23</div> <div>Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2020 a 31 de Dezembro de 2020</div> </div>			
Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA OPERACIONAL			R\$ 25.773.772,95
VENDAS DE PRODUTOS			R\$ 5.826.060,19
VENDAS DE MERCADORIAS			R\$ 355.524,24
VENDAS DE SERVIÇOS			R\$ 5.982.031,22
RECEITA DE LOCAÇÃO DE BENS MOVEIS			R\$ 13.610.157,30
(-) DEDUÇÕES DAS VENDAS			R\$ (2.467.759,98)
(-) ICMS S/ VENDAS PRODUTOS			R\$ (1.151.784,60)
(-) COFINS S/VENDAS PRODUTOS			R\$ (174.781,79)
(-) PIS S/VENDAS PRODUTOS			R\$ (37.869,39)
(-) DEVOLUÇÃO DE VENDAS			R\$ (28.639,70)

Percebe-se assim não ter a SEPARAR atendido à exigência do edital, esta consistente na apresentação do balanço e demonstrações contábeis relativas ao ano de 2021, sendo este o ano correspondente ao último exercício social.

O Código Civil Brasileiro estabelece que as empresas devem deliberar sobre o balanço patrimonial e resultado econômico do último exercício social **até o 4º mês subsequente ao exercício social anterior, qual seja, até abril do ano seguinte ao término do exercício social, senão vejamos:**

“Art. 1.078. A assembléia dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, **nos quatro meses seguintes à ao término do exercício social, com o objetivo de:**

I - tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e o de resultado econômico;” (grifamos em amarelo)

Ainda que a RECORRIDA alegue que para fins de Escrituração Contábil Digital (ECD) transmitida à Receita Federal por meio do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) há um prazo maior previsto na Instrução Normativa RFB nº 2082/2022, qual seja, **até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao exercício social a que se refere a escrituração**, tratam-se de situações distintas, pois o Código Civil estabelece o prazo-limite “para aprovação do balanço e demonstrações financeiras”, qual seja, até o 4º mês do ano subsequente, ao passo que a Instrução Normativa estabelece o “prazo-limite para transmissão da Escrituração Contábil Digital” para a Receita Federal:

“Art. 1º Esta Instrução Normativa prorroga, em caráter excepcional, o prazo final para transmissão da:

I – Escrituração Contábil Digital (ECD), previsto no art. 5º da Instrução Normativa RFB nº 2.003, de 18 de janeiro de 2021, referente ao ano-calendário de 2021, para o último dia útil do mês de junho de 2022; e”

O Tribunal de Contas da União, ao analisar a celeuma, veio a consignar, por meio do Acórdão nº 1999/2014, o entendimento de que o prazo para apresentação de balanços patrimoniais para fins de licitação, não importando se empresas tributadas com base no lucro real ou presumido, é aquele disposto no art. 1.078 do Código Civil Brasileiro, ou seja, até o dia 30 de abril do ano subsequente.

"Alega a representante que a "validade dos balanços" se findaria em 30/6/14, por força da Instrução Normativa da Receita Federal 1.420/13.

10. Tal normativo institui a Escrituração Contábil Digital (ECD), que deverá ser transmitida ao Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), pelas pessoas jurídicas obrigadas a adotá-la. Segundo o art. 3º dessa norma, ficam obrigadas a adotar a ECD as pessoas jurídicas tributadas com base no lucro real ou presumido (o que seria o caso da representante). O art. 5º da IN estabelece que a ECD será transmitida até o último dia útil do mês de junho do ano seguinte ao que se refira a escrituração.

(...)

"O prazo para aprovação do balanço patrimonial e demais demonstrações contábeis para fins de cumprimento do art. 31 da Lei 8.666/1993 é o estabelecido no art. 1.078 do Código Civil, portanto, até o quarto mês seguinte ao término do exercício social (30 de abril). Desse modo, ocorrendo a sessão de abertura de propostas em data posterior a este limite, torna-se exigível, para fins de qualificação econômico-financeira, a apresentação dos documentos contábeis referentes ao exercício imediatamente anterior." (Acórdão 1999/2014, Processo 015.817/2014-8, Plenário, Relator Ministro Aroldo Cedraz, 30/07/2014)"

Nessa mesma linha de entendimento, observa-se os seguintes julgados:

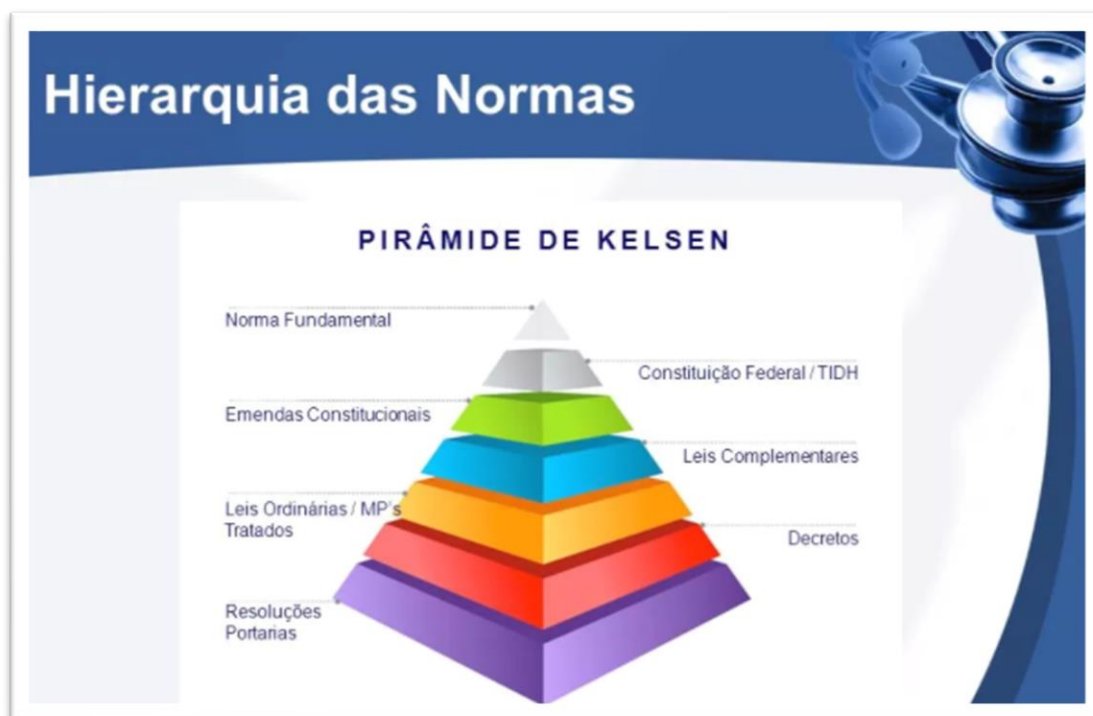
TJ-MG - Agravo de Instrumento-Cv AI 10447150020835001 MG (TJ-MG)

Jurisprudência • Data de publicação: 10/05/2016

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - LICITAÇÃO - POLÍCIA CIVIL - CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO AOS PRESOS DA CADEIA PÚBLICA DE NOVA ERA - INABILITAÇÃO DA AGRAVANTE - DESCUMPRIMENTO DE REGRA EXPRESSAMENTE CONSTATE NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO - **APRESENTAÇÃO DE BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL REGISTRADOS NA JUNTA COMERCIAL - EDITAL NÃO IMPUGNADO PREVIAMENTE - PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES - AUSÊNCIA** 1. A licitação é ato estritamente vinculado aos termos da lei e às previsões editalícias, não se afigurando possível a supressão de critério legitimamente adotado pelo edital do pregão, aplicável indistintamente a todos os proponentes. Princípio da vinculação ao edital. 2. Inabilitação da recorrente pelo descumprimento da exigência de **apresentação de balanço patrimonial** e demonstrações contábeis do **último exercício** financeiro, devidamente registrados na junta comercial. 3. Agravante que se inteirou das regras editalícias com a publicidade do instrumento convocatório e não as impugnou no momento oportuno. 4. Legalidade, a princípio, da sua inabilitação. Ausência de plausibilidade dos argumentos, a desautorizar a concessão da tutela de urgência. 5. Recurso a que se nega provimento.

Oportuno destacar que em nosso ordenamento jurídico vigora a sistematização da hierarquia das normas, tendo por esteio a pirâmide de Kelsen como referência, a qual apresenta a seguinte hierarquia a ser considerada em eventual conflito entre normas:

- (i) a Constituição Federal no topo da pirâmide;
- (ii) em segundo patamar, as espécies normativas primárias (leis complementares, leis ordinárias, decretos-lei etc.) e;
- (iii) em terceiro patamar, as espécies normativas secundárias (decretos, portarias etc).



Fonte: <https://luanmesan.jusbrasil.com.br/artigos/488338277/piramide-kelseniana-no-direito>.

Tal hierarquia de normas encontra-se expressamente prevista em nossa Constituição Federal, senão vejamos:

“Art. 59. O processo legislativo compreende a elaboração de:

- I – emendas à Constituição;
- II – leis complementares;
- III – leis ordinárias;
- IV – leis delegadas;
- V – medidas provisórias;
- VI – decretos legislativos;
- VII – resoluções.

Parágrafo único. Lei complementar disporá sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.”

Percebe-se que as Instruções Normativas sequer encontram-se previstas no rol constitucional, pois constituem regramento instituído pela Administração Pública no exercício de sua função administrativa.

Diferentemente, o Código Civil Brasileiro possui natureza de legislação ordinária, não havendo dúvidas sobre sua hierarquia em relação à Instrução Normativa, que, repita-se, sequer encontra-se prevista no rol constitucional.

Logo, ao cotejar a hierarquia entre as normas compreendidas na divergência que ora se apresenta, tem-se que o Código Civil, por ser uma normativa de espécie primária, ocupa posição superior ao da Instrução Normativa (caráter secundário), devendo seu comando, portanto, sobrepor-se ao desta última, de forma a considerar que o prazo aplicável para apresentação do balanço patrimonial nas licitações deve ser até 30 de abril subsequente ao término do exercício.

Por todas estas razões, observa-se não ter a empresa cumprido o regramento estabelecido no edital merecendo ter reformada a decisão que a considerou habilitada no certame.

b) Não apresentação da declaração exigida no item 10.10.2 do edital.

O instrumento convocatório apresentou a seguinte exigência:

“10.10.2.Declaração de que a licitante prestará assistência técnica e/ou terá técnico responsável na Região (Cuiabá e/ou Várzea Grande), a fim de manter os equipamentos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus adicional para o CONTRATANTE.”

Após análise dos documentos da SEPARAR, não se observou a apresentação desta declaração, muito embora seja de grande relevância para a segurança jurídica da Administração confirmar que a licitante prestará assistência técnica na região de Cuiabá ou Várzea, ambos os Municípios localizados no Estado de Mato Grosso, ainda mais em se tratando de licitante estabelecida em outro Estado (Rio de Janeiro).

c) Ausência de poderes para o assinatura da proposta.

Constou no edital a seguinte exigência:

“Caso seja procurador, além dos subitens 8.2.1 e uma das opções dos itens 8.2.2 a 8.2.9, também deverá apresentar

a) Procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para formular propostas, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, juntamente com os documentos de identidade do sócio administrador e do procurador;"

Verifica-se que a proposta apresentada pela SEPARAR fora assinada por pessoa física de nome "Valdeir Serra dos Santos", em relação ao qual fora juntada procuração juntamente com a documentação apresentada no presente certame.

OUTORGADO: VALDEIR SERRA DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade nº 09.907.739-8 IFP e do CPF nº 041.646.927-23, com endereço comercial à Rua Aurora Maria do Nascimento Furtado nº 50 – Bangu – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21.862-720.

PODERES: O Outorgante confere e outorga amplos poderes ao Outorgado para representá-lo, podendo requerer e retirar o Edital, assistir abertura de propostas, dar lances, concordar/ discordar com os termos editalícios, apresentar impugnações e recursos administrativos, promover a negociação de venda/locação dos produtos da outorgante, bem como, praticar todos os atos necessários para o bom e fiel cumprimento deste mandato, **não** podendo substabelecer com ou sem reservas dos poderes, tampouco assinar contratos em nome da outorgante.

Todavia, não se observa no rol de poderes específicos conferidos à referida pessoa física, poder para formular propostas, tampouco assiná-las, razão pela qual conclui-se não ter a referida pessoa física poderes para assinatura da proposta apresentada no certame, sendo esta inválida, portanto.

Oportuno destacar que a vinculação às regras estabelecidas no ato convocatório constitui também um mecanismo de **segurança jurídica**, tanto para a Administração (que ao agir de acordo com as regras estritamente estabelecidas no edital, respalda a sua atuação objetiva), como também para os licitantes (como garantia de que a Administração não atuará de modo a favorecer determinado licitante).

Em sendo requisito instituído em lei e constante expressamente do edital da licitação, a Administração Pública fica obrigada a cumpri-lo, por força do comando que se extrai do **Princípio da Legalidade Administrativa**.

Em assim sendo, se este Ilmo. Pregoeiro mantiver a decisão que habilitou e declarou vencedoras as **empresas RECORRIDAS**, mesmo as empresas tendo descumprido exigências do edital, configura-se em verdadeira violação ao Princípio da Legalidade, positivado no art. 37 da Constituição da República, *in verbis*:

Constituição Federal 1988

“Art. 37. A **administração pública** direta e **indireta** de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade**, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:” (grifamos)

Acerca da Legalidade, esclarece José dos Santos Carvalho Filho, em sua obra *Manual de Direito Administrativo*, 8ª Edição, Editora Lumen Iuris, Rio de Janeiro, 2001, Pág. 12:

“O princípio da legalidade é certamente a diretriz básica da conduta dos agentes da Administração. Significa que **toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei**. Não o sendo, a atividade é ilícita.” (Grifos nossos)

A objetividade no julgamento e o princípio da impessoalidade somente serão atendidos à medida que seja observada a vinculação ao edital. Não se admite que os critérios previamente estabelecidos não sejam observados tendo em vista as características subjetivas de determinado licitante.

Além disso, a eleição de empresa que não atendeu às exigências do edital em sua integralidade viola o axioma que se extrai dos **Princípios da Isonomia e Julgamento Objetivo**.

Por tudo isso, é possível concluir, *data máxima vênia*, que a decisão que declarou as RECORRIDAS vencedoras deste certame não guarda compatibilidade com os princípios e normas que regulam o processo licitatório, razão bastante suficiente para que esta Administração promova a reforma do aludido ato, pois eivado de vício que macula o processo.

IV- PEDIDO.

Pelo exposto, a **WHITE MARTINS** pede o recebimento e apreciação do recurso bem como requer:

1. a suspensão dos efeitos da decisão que declarou as RECORRIDAS vencedoraS do certame, até que o recurso ora interposto seja apreciado e tenha seu mérito julgado pela Sr. Pregoeira, no exercício de Vosso juízo de reconsideração;
2. Caso a decisão seja mantida em sede do juízo de reconsideração, requer que o recurso seja dirigido à Autoridade Superior Competente na forma do disposto no §4º do art. 109 da Lei nº 8.666/93, a quem se roga o seu conhecimento e provimento;
3. Requer ainda que seja dado conhecimento às RECORRIDAS quanto aos termos deste recurso para, querendo, manifestar-se em contrarrazões, conforme assegura as garantias do contraditório e ampla defesa.

Nestes termos, pede recebimento, apreciação e provimento.

Várzea Grande/MT, 30 de junho de 2022.



Analgia da Silva
Gerente Nacional de Contas Públicas
RG: 077583300
CPF: 003.791.977-66
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.
Tel: 3279-9151